



Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 29 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, realizada em catorze de março do ano de dois mil e catorze, na Sala de Comissões nº01 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis – SC.

1 Às catorze horas e vinte e cinco minutos do dia catorze de março de dois mil e catorze, na
2 Sala de Comissões nº01 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em
3 Florianópolis – SC, reuniu-se o Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa
4 Catarina – CAU/SC, em Sessão Ordinária número vinte e nove. Presente o Presidente do
5 CAU/SC, Arquiteto e Urbanista **RONALDO DE LIMA**, os senhores Conselheiros Estaduais
6 Arquitetos e Urbanistas **ANDRÉ SERAFIM, GIOVANI BONETTI, FÁRIDA MIRANY DE**
7 **MIRA, JORGE RAINESKI, ADEMIR BOGONI, DÉCIO GOMES GÓES e CEZAR FRANCISCO**
8 **CIARINI**, os suplentes de conselheiro **RENEE GONÇALVES e DANIEL HENRIQUE DANTAS**,
9 o Arquiteto e Urbanista **LEONARDO HENRIQUE DANTAS**, a Presidente e a Vice-Presidente
10 do IAB/SC, as Arquitetas e Urbanistas **VÂNIA BURIGO e DENISE BACK**, respectivamente, a
11 Assessora de Imprensa **ANDRESSA DREHER**, os empregados do CAU/SC, Diretor Geral
12 **MÁRCIO BITTENCOURT**, os Advogados **GUSTAVO SOUZA SANTOS e CHARLES JACOB**
13 **PERGORARO KERBER**, a Secretária **TATIANA MOREIRA FERES DE MELO** e a Assistente de
14 Comissões **ELIZIANE GALLIANI**. Ressalta-se a ausência justificada dos Conselheiros
15 **MARCOS ALEXANDRE JOBIM e SÔNIA SUZETE ROESE**. Após a verificação e constatação da
16 existência de quórum, o Presidente agradeceu a presença de todos, lembrou os presentes de
17 silenciar os celulares e de se identificarem antes de qualquer contribuição. Em seguida
18 apresentou a pauta da reunião, solicitando a exclusão no item 6. **APRESENTAÇÃO E**
19 **VOTAÇÃO**, dos itens **A. Regimento Interno (caso haja divergência entre CAU/SC e**
20 **CAU/BR), C. Alteração e aditamento no PCCS, D. Minuta de portaria normativa para**
21 **instalação do CEAU, E. Minuta de portaria normativa que regulamenta a forma de**
22 **contratação e remuneração dos cargos em comissão e funções gratificadas e F. Minuta**
23 **de portaria para estabelecer critérios de avaliação e mérito para reconhecimento de**
24 **profissionais de arquitetura e entidades de classe e outras Instituições**, em função da
25 reunião da CCAA que não aconteceu e/ou por motivo de falta tempo hábil para análise das
26 minutas citadas. Acrescentou um processo de fiscalização no item G. Distribuição de
27 Processos Ético-disciplinares. A pauta foi aprovada por unanimidade. Em seguida a ata da
28 vigésima oitava reunião plenária foi aprovada, com a abstenção do conselheiro Décio. No
29 Item **2. CORRESPONDÊNCIAS EMITIDAS E RECEBIDAS**, o Presidente avisou que a relação
30 de correspondências e eventos havia sido enviada e que qualquer questionamento poderia
31 ser solicitado. No item **3.RELATO DO PRESIDENTE**, o Presidente relatou que no dia doze de
32 fevereiro houve uma reunião no Ministério Público sobre o Termo de Cooperação Técnica
33 firmado, a respeito de acessibilidade, buscando alternativas de como os profissionais de
34 arquitetura podem auxiliar na fiscalização para atender as demandas do MPSC. Citou a
35 Décima Terceira reunião do CEAU no dia dezoito de fevereiro, com o objetivo de conhecer
36 as estruturas e os trabalhos deste Colegiado. Falou das ações que o CAU/SC pretende apoiar
37 com a instalação do CEAU no Estado, procurando trabalhar em torno das necessidades das
38 demandas que as entidades têm. Citou a reunião com os representantes do IPOG, onde
39 foram solicitadas informações sobre os cursos, para assim poder acompanhar o
40 cumprimento da lei, e os cursos que a instituição oferece, de modo que não prejudique os
41 arquitetos. Lembrou a visita do Presidente da FNA, Roberto Salazar, que apresentou
42 oficialmente a nova composição da diretoria do sindicato em Santa Catarina (SINDARQ), e



43 transmitiu algumas informações complementares a respeito do pagamento da contribuição
44 sindical. Enfatizou a reunião ocorrida no período da manhã, com o Gerente Técnico do
45 CAU/BR, Edson Melo, que tratou de Planejamento Estratégico e Compartilhamento de
46 Despesas, e lembrou a importância da participação de todos os conselheiros na reunião dos
47 dias vinte e cinco e vinte e seis de março, que contará com a participação do consultor da
48 SYMNETICS, empresa responsável pelo desenvolvimento do planejamento estratégico. O
49 Presidente abriu espaço para questionamentos e contribuições. A Conselheira Fárida
50 questionou sobre a nota publicada no site do CAU/SC a respeito da obrigatoriedade do
51 pagamento da contribuição sindical. O Presidente esclareceu que a contribuição sindical é
52 devida, e que se está na lei deve ser cumprida. O Conselheiro Raineski questionou qual a
53 função do CAU/SC com essa cobrança, lembrou que se há obrigatoriedade do pagamento
54 perante o Conselho, o não cumprimento consiste em falta ética, trazendo a responsabilidade
55 de fiscalização. Apresentou que em seu entendimento o Conselho deve abster-se, não sendo
56 sua obrigação fazer essa fiscalização. O Conselheiro Giovani também defendeu que o CAU
57 deve ficar isento desse contexto, e que tem informação de que não há obrigatoriedade dos
58 arquitetos em sindicalizarem-se à FNA, e sim em qualquer sindicato afim. O Presidente
59 esclareceu que o CAU/SC apenas ofereceu espaço de divulgação, que os esclarecimentos não
60 são do Conselho e que os questionamentos são remetidos à Federação. O Conselheiro Daniel
61 reforçou que a contribuição sindical é obrigatória, sendo de escolha do profissional o
62 sindicato que receberá o pagamento. Falou que o papel do CAU/SC deveria ser de instruir
63 corretamente os arquitetos, orientando como os profissionais ficam devidamente
64 habilitados. No item **4.RELATO DOS DIRETORES**, em função da ausência da Conselheira
65 Sônia, não houve relato da Diretoria Administrativa. O Diretor Financeiro, Conselheiro
66 Ademir Bogoni iniciou seu relato citando que o boletim de receitas e despesas ainda não foi
67 aprovado em função da não ocorrência da reunião da CCAA. Apresentou receita do mês de
68 fevereiro no valor total de setecentos e sessenta e um mil, quinhentos e vinte e quatro reais,
69 justificando o valor elevado devido ao pagamento das anuidades. Apresentou o total de
70 despesas no valor de duzentos e cinquenta e seis mil e um reais. Citou o valor de noventa
71 mil reais referente aos pagamentos efetuados em fevereiro, do exercício do ano de dois mil
72 e treze. O Conselheiro Giovani solicitou que fosse apresentado um comparativo de receita
73 realizada dos meses de janeiro e fevereiro dos anos de dois mil e treze e dois mil e catorze.
74 No item **5. RELATO DAS COMISSÕES**, não houve relato da Comissão de Contas e Atos
75 Administrativos. No relato da Comissão de Ética e Disciplina, a coordenadora adjunta,
76 Conselheira Fárida, relatou que foi aprovado o fluxograma apresentado pela assessoria,
77 para a capacitação dos Conselheiros, referente aos procedimentos adotados no julgamento
78 de processos anteriores e posteriores à Lei 12.378/10. Informou da organização da reunião
79 do dia vinte e oito de março, para a sociedade e entidades de arquitetura, sobre o tema Ética
80 Profissional. Questionou o Presidente sobre as providências requeridas na Deliberação nº
81 003/2013 da CED. O Advogado Charles explicou que o espaço para inserção dos processos
82 éticos no SICCAU está aprovado, e falta apenas a aprovação da CED do CAU/BR. No relato da
83 Comissão de Ensino e Exercício Profissional, o Conselheiro Bogoni, coordenador da
84 comissão, citou o andamento de alguns processos. Relatou que foi decidida a ampliação da
85 reunião da CEEP, para as quintas-feiras no período da tarde e sextas-feiras pela manhã.
86 Relatou que foi solicitado que a gerência técnica do CAU/SC organize os processos de
87 registro profissional para submetê-los à homologação da comissão. O Conselheiro Raineski
88 relatou que a suspensão da resolução nº 51 do CAU/BR gerou certo constrangimento para a
89 fiscalização, e citou que a orientação passada às fiscais é de autuar se não houver
90 apresentação de RRT ou ART. No relato da Comissão Especial de Patrimônio, o Coordenador
91 Leonardo falou que mesmo não havendo reunião da comissão, houve uma reunião com os
92 corretores que se cadastraram e identificou-se a necessidade de rever o programa de
93 necessidades. Citou a necessidade de elaborar um cronograma de ações do CAU para a
94 reforma, em paralelo com as etapas do projeto. No relato da Comissão Especial de
95 Preparação do Seminário Cidades Democráticas, o coordenador Giovani Bonetti relatou que



96 não houve reunião ordinária mas citou a reunião com o Secretário Murilo Flores para
97 esclarecer algumas questões. A Conselheira Fátima solicitou participação nas reuniões desta
98 comissão. O Presidente expressou sua preocupação com a ausência das reuniões da
99 Comissão de Políticas Urbanas. O Conselheiro Daniel relatou que é um problema de
100 coordenação em seu entendimento. O Conselheiro Giovanni sugeriu uma nova coordenação,
101 por uma questão operacional, mantendo o Conselheiro Federal Nelson Saraiva como
102 membro, e salientou a importância da participação dessa comissão na organização do
103 seminário. O Conselheiro Leonardo, coordenador adjunto da comissão se colocou à
104 disposição para dar sequência ao andamento dos trabalhos. O Presidente sugeriu a
105 realização de uma reunião para discutir a coordenação da comissão. No relato da Comissão
106 Especial de acompanhamento do Plano Diretor Participativo de Florianópolis, o Presidente
107 falou que foi feita uma agenda de reuniões, onde definiu-se que seriam levantados
108 questionamentos sobre a primeira parte do Plano Diretor, e citou que a comissão teve uma
109 reformulação na sua estrutura, sendo o Conselheiro Renee o novo Coordenador e o
110 Presidente Ronaldo seu suplente, a Arquiteta Silvia Lenzi e o Arquiteto André Schmitt como
111 seu suplente, o representante da ASBEA, Ricardo Fonseca e o seu suplente Arquiteto André
112 Lima, e o Representante do IAB/SC Guilherme Santos e seu suplente Alexandre Gobbo. O
113 Conselheiro Giovanni citou a carta aberta aos arquitetos e urbanistas publicada pelo
114 Arquiteto Dalmo Vieira, que foi a primeira manifestação um pouco mais clara a respeito dos
115 princípios do plano, e coloca em xeque três pontos importantes: mais tempo, falta de
116 informações e participação de um maior corpo técnico do IPUF. O Conselheiro colocou que
117 em seu ponto de vista, uma vez que aprovado o plano, ele deve ser viabilizado. Reforçou que
118 em três meses de vigência do plano, não há nenhum analista para nenhum dos projetos.
119 Sugeriu que a comissão faça uma discussão de como o tema será abordado. Salientou que
120 não está discutindo a qualidade do plano, e sim sua operação, que afeta diretamente as
121 atividades dos arquitetos da região. Finalizados os relatos, o Presidente passou para o item
122 **6. APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO.** No item **B. Homologação da indicação do nome da**
123 **Arquiteta Jane Pilotto Martins de Carvalho, para assumir o cargo de Assessora**
124 **Especial**, o Presidente lembrou que no Regimento Interno do CAU/SC, os cargos de
125 confiança do Presidente devem ser homologados em plenária. O Conselheiro Raineski cita
126 que desta forma o regimento cria uma situação delicada, pois uma vez que deve ser
127 homologado pelo plenário, se torna uma indicação do pleno. Falou que mesmo tendo
128 recebido o currículo da candidata, não tem conhecimento de suas habilidades. Sugeriu que
129 fosse feita a apresentação dessas indicações de forma mais participativa. O Conselheiro
130 Ciarini disse que as entidades poderiam participar dessa indicação, e questionou a
131 necessidade da existência do cargo. O Presidente explicou que é o Assessor Especial é
132 denominado Chefe de Gabinete em outros estados, e que é um cargo de suma importância
133 em apoio aos atos do Presidente. O Conselheiro Giovanni lembrou que o regimento do
134 CAU/SC é o único que exige homologação das indicações dos cargos de confiança, e que
135 imagina que esse tipo de cargo deve ser de completa confiança do Presidente. Lembrou que
136 é o último ano dessa gestão e que existem demandas que o assessor especial deve ajudar.
137 Salientou que a questão de homologar esses cargos deve ser mais com sentido de
138 questionamento ético. A Conselheira Fátima reforçou que acredita que um cargo de
139 confiança do Presidente deve ser de escolha dele, mas questionou a responsabilidade
140 efetiva do cargo, e se essa pessoa representará o Presidente. O Presidente explicou que o
141 vice-presidente e os conselheiros têm primazia de representar o Conselho em sua ausência.
142 Falou que a questão de conhecer o indicado é relativa e pediu consideração, lembrou que o
143 assessor não é um símbolo do Conselho, e que tem uma demanda a atender no momento. O
144 Conselheiro Bogoni reforçou que o cargo não representa o Conselho, questionou sobre o
145 perfil da pessoa indicada, mas explicou que devido ao curto espaço de tempo, acredita que o
146 Conselho precisa de alguém que atenda os anseios do Presidente. O Conselheiro Giovanni
147 solicitou maior representatividade do vice-presidente, e lembrou que sempre os
148 conselheiros são consultados para essas representações. O Conselheiro Renee lembrou que



149 na escolha do Presidente, é eleito aquele que irá escolher seu assessor, lembrando que sua
150 principal função não é representar o Conselho, e sugeriu rever essa questão no Regimento
151 Interno. O Conselheiro Ciarini reforçou que não se sente confortável com essa aprovação,
152 pois falta maior entrosamento, inclusive com a participação das entidades. O Conselheiro
153 André falou que também não conhece a pessoa indicada, mas disse que todos devem aceitar
154 o nome por indicação do Presidente, de alguém que será seu braço direito. Lembrou que a
155 homologação é mais como uma ideia de conhecimento, que o Presidente deve ter esse voto
156 de confiança. A Presidente do IAB/SC se manifestou colocando que a Jane Pilotto é
157 paisagista, o que pode gerar conflito de interesses, uma vez que os paisagistas querem sair
158 do CAU. O Presidente explicou que essa questão se refere ao paisagismo independente da
159 arquitetura, e que os arquitetos que são paisagistas estão com o CAU. O Conselheiro Décio
160 sugere também alteração no Regimento, referente a homologação dos cargos de confiança.
161 O Diretor Márcio fez a leitura das atribuições do cargo no PCCS. A Conselheira Fátida
162 sugeriu excluir a coordenação dos eventos das funções dessa assessoria. O Presidente
163 encaminhou para votação a homologação da Arquiteta Jane como assessora especial, com o
164 adendo de que na descrição do cargo no PCCS seria excluída a coordenação de eventos. Com
165 os votos favoráveis dos Conselheiros André, Giovani, Renee, Bogoni, Fátida e Daniel, os
166 votos contrários dos Conselheiros Raineski e Ciarini, e a abstenção do Conselheiro Décio, foi
167 aprovada a homologação do nome da Arquiteta Jane Pilotto como Assessora Especial. No
168 item **G. Distribuição de Processos Ético-disciplinares**, foram designados relatores dos
169 processos éticos de número 6.08.0000.178-5 o Conselheiro Daniel, e 6.02.0000.324-9 o
170 Conselheiro Décio. O processo de fiscalização número 269/13, que foi solicitado recurso ao
171 plenário, ficou para relato da Conselheira Fátida, em trinta dias. No item **H. Estrutura do**
172 **documento com as contribuições do Congresso Estadual 2013**, o Diretor Márcio
173 explicou que é o mesmo documento já encaminhado ao CAU/BR, e que em função da
174 solicitação de contribuições para a Conferência dos Arquitetos, decidiu-se junto ao
175 Conselheiro Raineski, coordenador da Comissão Especial para o Congresso por elaborar um
176 documento completo com as contribuições de todo o processo do congresso, de forma que
177 em sua estrutura contenha as contribuições de cada uma das reuniões preparatórias, com as
178 indicações identificadas, as listas de todos os presentes e dos delegados. Explicou que em
179 seguida será elaborado um documento que apresenta a consolidação da última reunião em
180 Florianópolis, com apresentação conjunta do Presidente Ronaldo pelo CAU/SC e pela
181 Arquiteta Vânia, como representante do IAB/SC, entidade executora do evento. Explicou
182 que a ideia é fazer um documento histórico, com o registro de todo o processo do Primeiro
183 Congresso de Arquitetura do Estado de Santa Catarina. O Conselheiro Giovani enfatiza a
184 importância do documento e sugere que o Conselheiro Raineski, como coordenador da
185 comissão organizadora do evento, coordene a elaboração do documento. O Conselheiro
186 Raineski aceitou a responsabilidade e o Presidente encaminhou o item para votação, que foi
187 aprovado com a abstenção do Conselheiro Raineski. No Item **I. Deliberação Plenária nº 20**,
188 resultado da reunião sobre compartilhamento de despesas e planejamento estratégico,
189 ocorrida no período da manhã, o Presidente fez a leitura do documento. O Conselheiro
190 Giovani solicitou alteração do texto do art. 2º para: “Primeiro, que sejam estabelecidas
191 políticas, normas e procedimentos nacionais, de atendimento regionalizado a serem
192 implantados pelos CAU/UF...”. O Presidente salientou que o envio será feito ao Fórum de
193 Presidentes, ao Colegiado de Governança e ao Presidente do CAU/BR. O Conselheiro Décio
194 solicitou inclusão no art. 2º o texto: “Por fim, que o processo de implantação aconteça de
195 forma gradativa, conforme um cronograma pré-estabelecido, e tendo seu resultado...”. Com
196 as devidas alterações, a minuta da deliberação foi encaminhada para votação e aprovada
197 por unanimidade. No item **J. Homologação da composição e coordenação da Comissão**
198 **Especial para o Acompanhamento do Plano Diretor Participativo de Florianópolis**, o
199 Presidente apresentou os membros e seus suplentes: Conselheiro Renee Gonçalves como
200 coordenador, Presidente Ronaldo de Lima como seu suplente, Arquiteto Ricardo Martins
201 Fonseca como coordenador adjunto e representante da ASBEA e Arquiteto André Lima de



202 Oliveira como seu suplente, Arquiteta Silvia Ribeiro Lenzi como membro e Arquiteto André
203 Francisco Câmara Schmitt como seu suplente, Arquiteto Guilherme Santos de Farias como
204 representante do IAB/SC e Arquiteto Alexandre Gobbo Fernandes como seu suplente.
205 Encaminhada para votação, a composição e coordenação da comissão foram aprovadas por
206 unanimidade. O Conselheiro André solicitou que fosse votada a indicação do palestrante que
207 receberá ajuda de custo no EREA. O Conselheiro explicou que os nomes indicados
208 anteriormente estavam sem registro no Conselho. O Conselheiro Giovanni reforçou a
209 importância de se respeitar o edital de patrocínio do CAU/SC. O Conselheiro André se
210 responsabilizou por solicitar novos nomes. O Presidente sugeriu que a escolha fosse
211 realizada pelo Conselheiro André, *ad referendum*, respeitando a condição de estar regular
212 no Conselho. Encaminhada para votação, foi aprovada por unanimidade a escolha do
213 palestrante do EREA Sul, para pagamento de diária e deslocamento, pelo Conselheiro André
214 Luiz Serafim, *ad referendum*, com a premissa de que o palestrante deve estar com situação
215 regular no CAU. No item 7. **MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS EM**
216 **ASSUNTOS DE INTERESSE DO PLENÁRIO**, o Presidente agradeceu a presença da
217 Presidente e Vice-presidente do IAB/SC. A Presidente Vânia, expressou sua satisfação em
218 participar da reunião, e se colocou à disposição para colaborar com o CAU e com as outras
219 entidades. Disse que em nome de todos os arquitetos que o IAB/SC representa, espera que
220 as decisões do Conselho sejam pautadas dentro dos valores que os arquitetos consideram
221 como válidos, e que espera que suas ações sirvam de espelho para as ações dos
222 profissionais. A Arquiteta Denise falou que reconhece o trabalho dos conselheiros, e que
223 aceitou o desafio de ser vice-presidente do IAB/SC, principalmente em busca da valorização
224 profissional. Enfatizou que a entidade precisa do CAU/SC e que o Conselho pode contar
225 sempre com o IAB/SC. O Conselheiro Ciarini enfatizou a importância da continuidade da
226 elaboração do processo de fiscalização, e sugeriu inclusão do tema na próxima reunião
227 plenária. O Conselheiro Giovanni salientou a importância da ação realizada na manhã, com o
228 gerente técnico do CAU/BR, e expôs que a reunião foi muito significativa e esclarecedora. O
229 Conselheiro Bogoni manifestou seu interesse na fundação de um núcleo do IAB/SC em
230 Videira. Sugeriu também a confecção de um adesivo com os dizeres: “CONSTRUA CERTO,
231 CONTRATE UM ARQUITETO”. O Presidente apresentou a pesquisa que a FUNSAU elaborou
232 junto ao IAB/SC para implantação do plano de saúde, e explicou que o CAU/SC fará a
233 divulgação do trabalho. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Ronaldo de Lima desejou
234 um bom retorno a todos e declarou encerrada a Vigésima Nona Reunião Plenária do
235 CAU/SC, às dezessete horas e trinta e sete minutos. Para constar, eu, Tatiana Moreira Feres
236 de Melo, Secretária do CAU/SC, lavrei a presente Ata que será rubricada em todas as suas
237 páginas e, ao final, assinada por mim e pelo Presidente Ronaldo de Lima, para que
238 reproduza os efeitos legais.
239

Ronaldo de Lima
Presidente do CAU/SC

Tatiana M. F. de Melo
Secretária do CAU/SC